

SACO SEM FUNDO

Contribuição mensal extraordinária de 17,92% durante 23 anos

Com o voto de minerva do Presidente do Conselho Deliberativo, foi aprovado o novo programa de equacionamento do déficit de quase R\$7 bilhões no antigo Plano BD saldado do Postalís. A cobrança começa a partir de maio.

Depois de quase um ano da assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que havia suspenso temporariamente a cobrança extraordinária de 25,98% proposta em maio de 2015, o Conselho Deliberativo do Postalís se reuniu no último dia 23 de março, e aprovou uma nova proposta de equacionamento para o déficit acumulado R\$ 6,7 bilhões em seu Plano de Benefício Definido (PBD), conhecido como BD, que foi saldado em 2008.

Ainda que a mesma Diretoria Executiva do Postalís seja responsável pela administração tanto do antigo plano BD como do atual PostalPrevi, até então, apenas o primeiro está em situação deficitária.

O novo plano de equacionamento fixa a cobrança de uma taxa mensal, a partir do próximo mês, de



17,92% sob o valor do benefício proporcional saldado por um período de 23 anos.

Apesar dos votos contrários dos três representantes dos trabalhadores, José Rivaldo, Sérgio Bleasby e Manoel Santana, os três representantes da patrocinadora (ECT) votaram a favor da proposta de equacio-

namento. A votação foi desempatada com o voto de minerva do presidente do Postalís, Areovaldo Figueiredo, que também foi favorável à cobrança da taxa.

Segundo dados do Instituto, a deliberação do Conselho atinge 69.330 participantes ativos além de todos os assistidos do plano. Ficam de fora apenas os trabalhadores que ingressaram nos Correios após 2005 e que na época só podiam aderir ao PostalPrevi.

Com a decisão, o beneficiário aposentado que já recebe a complementação de sua aposentadoria terá que, além de pagar 9% de taxa administrativa que já é pago independentemente de equacionamento, pagar mais 17,92% de contribuição extraordinária, totalizando uma redução de quase 27% em seu benefício.

Onde incidirá a taxa em seu contra cheque ?

PLANO POSTALPREV			PLANO BD SALDADO	
Saldo conta Contrib.Participante	Saldo conta Contrib.Patrocinadora	Valor de Resgate	Valor Benef.Saldado	Valor de Resgate
31.928,66	26.124,00	50.215,46	672,04	12.163,32

A contribuição extraordinária é calculada em cima do Benefício Proporcional Saldado

Mudanças recentes na Legislação

No caso do BD do Postalís, a equação parcela menor por tempo maior não diminui a indignação e nem muda a situação dos trabalhadores que são vítimas de uma gestão temerária e do sucessivo ‘consórcio de ratos’ que deram causa a esse rombo escandaloso.

A ampliação do prazo para equacionamento do déficit do Postalís, que antes era de 15 anos e cinco meses e que agora saltou para 23 anos, deve-se às recentes mudanças na legislação que regula os fundos de pensão no País.

Em novembro de 2015, enquanto a contribuição extraordinária de 25,98% estava suspensa, o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, órgão normativo ligado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, publicou as resoluções de nº 22 e 23, alterando resoluções anteriores, ao estabelecer parâmetros diferenciados para a distribuição de superávit e equacionamento de déficit levando-se em consideração a duração do passivo dos planos de benefícios.

Assim, a partir de 2016, todas as entidades fechadas de previdência complementar, como o Postalís, não têm mais de ajustar seus déficits imediatamente, mas dentro de um prazo mais longo, proporcional ao do pagamento dos benefícios. Antes, após três anos seguidos de déficit, o fundo era obrigado a ajustar suas contas, independentemente de estar perto de pagar os benefícios ou não. Além disso, o prazo para o ajuste foi ampliado e o limite de endividamento tolerável também passou a ser maior.

Na prática, as medidas adaptam o equacionamento dos déficits aos prazos de pagamento dos benefícios, o chamado “duration”, que não era considerado antes. Com isso, fundos que têm déficits pequenos, mas estão

perto de pagar seus benefícios, e que não tinham de fazer ajustes, precisarão se reequilibrar. Já aqueles com déficits grandes, mas que vão demorar a pagar benefícios, agora têm mais tempo para fazer o ajuste.

O prazo para o equacionamento foi ampliado em 50%, calculado pela fórmula “duration” vezes 1,5. Assim, um plano com “duration” de 12 anos, por exemplo, passará a ter 18 anos de prazo para ajustar seu déficit.

Evolução do Déficit acumulado do BD Saldado

2011/12- R\$985 milhões
2013/14 – R\$5,6 Bilhões
2015/16 – R\$ 6,7 Bilhões

Cobrança relâmpago

Segundo o Conselheiro Sérgio Bleasby, a urgente aplicação do plano de equacionamento com a respectiva cobrança da contribuição extraordinária já em maio de 2016, com o aval da PREVIC por meio da portaria nº 699 de dezembro de 2015, é indevida e questionável. Ele afirma em seu voto contrário ao plano de equacionamento, que o parágrafo 5º do art. 30 da Resolução CGPC nº 26/2008

não foi alterado com a Resolução CNPC nº 22/2015. Portanto, a cobrança da taxa de 17,92% só poderia ser exigida a partir do ano seguinte à sua aprovação, ou seja, somente a partir de 2017.

Além disso, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, que é uma autarquia que tem a finalidade de fiscalizar e supervisionar todos os fundos

de pensão no País, não pode alterar ou ignorar um normativo do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC, que em 2010 foi transformado no atual CNPC, órgão colegiado e normativo do qual ela é integrante. Compete assim à PREVIC tão somente editar instruções complementares que se fizerem necessárias à execução do disposto nas resoluções e resolver os casos omissos.

Histórico da Contribuição Extraordinária

	2013	Março 2015	Maio 2015	Março 2016
Percentual	3,94%	Antes do TAC 25,98%	Aprovado o TAC que suspendeu por um ano a cobrança de 25,98%. Nesse intervalo, foi mantido o percentual de 3,94%.	Depois do TAC 17,92%
Duração	Tempo indeterminado	15 anos e 5 meses		23 anos a partir de maio de 2016

Fatores que contribuíram para o rombo

Calote da RTSA

Dívida exclusiva dos Correios decorrente da época do saldamento, no valor de R\$1 bilhão e 886 milhões, que agora ela quer dividir com os trabalhadores no equacionamento.

Perdas nos Investimentos e desvios

Prejuízos decorrentes de uma gestão temerária que aplicou recursos dos trabalhadores em negócios duvidosos e de altíssimo risco. Além disso, relatórios da PREVIC concluem que pelo menos R\$2,724 bilhões foram desviados do Postalís ilicitamente. Conclui-se que faltou fiscalização por parte da patrocinadora e da própria PREVIC.

Questões atuariais

Desequilíbrio gerado por razões estruturais do Plano, compondo assim o restante do déficit.

E agora? Continuar ou sair do Postalís? A decisão é individual

O trabalhador tem duas alternativas: continuar no Postalís e contribuir ou sair do plano. Caso ele decida continuar, não há garantias que lá na frente tudo estará certo e ele receberá. Se o trabalhador sair ele receberá apenas seu valor de resgate. E essa é uma decisão que o trabalhador deve tomar individualmente. "O trabalhador deverá analisar sua situação e decidir se sai do plano ou continua, pois a situação é diferente para quem está no início de carreira, meio, fim, ou está apo-

sentado", ressaltou a advogada do SINTECT-GO, Gizeli Costa.

Para calcular o valor do seu benefício acumulado, veja o box ao lado.

A fim de auxiliar e facilitar a tomada de decisão de todos os trabalhadores, o SINTECT-GO realizará um seminário para aprofundar e esclarecer todas as dúvidas relativas ao Postalís. Diferentemente do Acordo Coletivo, que é assinado pela base sindical, a decisão se continua ou sai do Postalís é individu-

Fico no Postalís

Se ficar, quanto tenho que pagar?
Se ficar, quanto tenho para receber?
Se eu pagar agora, o meu benefício está garantido no futuro?

Saio do Postalís?

Se sair, o que eu recebo?

al, e todos os trabalhadores precisam analisar sua situação e decidir o que é melhor para o seu caso.

Simulação: Saiba como calcular o valor do seu Benefício

Para resgatar seu benefício acumulado saldado, o trabalhador precisa ter 58 anos, estar aposentado e desligado da ECT. Assim, para calcular o valor do benefício acumulado, o trabalhador precisa:

Saber o valor de seu Benefício Proporcional Saldado (BPS), que está descrito em seu contracheque. Vale lembrar que o valor do BPS varia de trabalhador para trabalhador, em função do valor contribuído até o saldamento do Postalís, que ocorreu em 2008.

PLANO BD SALDADO	
Valor Benef. Saldado	Valor de Resgate
R\$352,35	R\$ 5.934,09

Vamos usar como exemplo um carteiro de 44 anos, cujo BPS é de **R\$352,35**;

Sua contribuição extraordinária será de **R\$352,35 x 0,1792** (17,92% de contribuição extraordinária) = **R\$63,12** de contribuição extra por mês;

A expectativa de vida considerada é de 83 anos, e como este trabalhador se aposentará com 58 anos, ele receberá o benefício por **25 anos**, pois **83 - 58 = 25**;

Para saber o valor de prestações que ele terá que receber, é só multiplicar os **25 anos** por **13 parcelas**, sendo 12 meses + o 13º, assim **25x13 = 325 parcelas**;

Assim, é só multiplicar o BPS do trabalhador por 325 parcelas, **R\$352,35 x 325 = R\$114.513,75**;

Deste valor é preciso tirar a taxa administrativa, que é 9% - Assim, **R\$114.513,75 x 0,9 = R\$10.306,23** de contribuição de aposentadoria ao longo dos anos. Subtraindo o valor da contribuição do valor recebido, teremos **R\$114.513,75 - R\$10.306,23 = 104.207,52**;

Como o trabalhador tem 44 anos de idade e vai se aposentar aos 58, ele teria que fazer uma contribuição extra de 14 anos (**58 - 44 = 14**). Assim, 14 anos x 13 parcelas = **182 contribuições**.

Multiplicando **182 por x R\$63,12** que é o valor de sua contribuição extraordinária mensal, a sua contribuição ao final dos 14 anos seria de **R\$11.488,42 reais** acumulados.

Subtraindo esse valor dos **R\$104.207,52**, ele receberia o valor líquido de **R\$ 92.712,10**.

Contudo, esse valor não vem explicito no contracheque.

Se eu sair do plano, o que recebo?

O trabalhador acima tem o direito ao acumulado de **R\$92.712,10**, mas ao se desligar do plano, ele abriu mão de receber essa quantia e receberá apenas o seu valor de resgate, que segundo o seu contracheque é de **R\$ 5.934,09**. Contudo, ele só poderá receber esse valor quando se aposentar e desligar da ECT.

Impor aos trabalhadores que paguem a conta é mais que injusto

A situação do Postalís é das mais graves. Há hoje, com o resultado dos últimos anos, um escândalo a ser investigado, um resultado financeiro desastroso, uma dívida RTSA que já foi reconhecida pela Empresa, mas

que agora ela dá o calote, e os trabalhadores pagando a conta. É óbvio que um plano saldado pode gerar desequilíbrio, mas por razões estruturais do plano, ou seja, em razão de premissas atuariais como tempo de sobrevi-

da, etc, e não por razões financeiras.

O resultado desta política desastrosa é que agora os trabalhadores ativos e aposentados do plano BD, pagarão mais para ter direito ao que já tinham.

SEMINÁRIO SOBRE POSTALIS

Para que o trabalhador possa tomar sua decisão e obter respostas para todas as perguntas sobre o Postalís, o SINTECT-GO promoverá em breve um Seminário para esclarecer tudo sobre o Fundo de Pensão. Em breve será divulgada a data e o local do evento.



Trabalhadores dos Correios param atividades por 24 horas

Mobilização nacional visa alertar a população quanto ao desmonte da ECT diante da falta de concurso público e das péssimas condições de trabalho

Em abril, no dia 27, haverá o Dia Nacional de Paralisação em Defesa dos Correios, promovido pela Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (FENTECT). Assembleias nos 32 sindicatos filiados à federação serão realizadas no dia 26/04 pela deflagração das 24 horas de paralisação no dia seguinte. No entanto, devido aos problemas de caráter urgente, muitos sindicatos já têm promovido paralisações nos respectivos estados. Mais uma prova da necessidade do ato unificado da categoria, que não pode mais aguentar as arbitrariedades da ECT.

Na pauta de reivindicações da mobilização estão a manutenção dos empregos, dos direitos adquiridos ao longo dos anos e urgência pela segurança das agências e dos ecetistas. Não menos importante, a manutenção do caráter público da estatal e a qualidade dos serviços prestados à população brasileira. Para a FENTECT, a empresa deve ser creditada como prestadora de um serviço social e não com vistas a projeções de lucros.

Desde 2015, a empresa tem alegado déficit de R\$ 1,3 bilhões e ameaça os trabalhadores com argumento de falta de verba para os pagamentos a partir do próximo semestre. A ECT destaca adequação financeira, com provisionamentos de recursos para o pós-emprego. Para a categoria, é uma “poupança” para os Correios. Contudo, a FENTECT, com auxílio da consultoria da empresa H&J Consultores Independentes conseguiu contestar os dados da empresa, que insiste em perdas, bem como sugere caixa zero.

A indignação também acompanha os principais acontecimentos no País, tendo em vista que os Correios aumentam os números e valores equivalentes a patrocínios, como os R\$ 300 milhões destinados às Olimpíadas, em contrapartida ao que anunciam aos próprios empregados. Além disso, na contramão do déficit, funcionários participam de eventos fora do Brasil e a empresa dá continuidade ao projeto de modernização da ECT, com a compra de maquinários de última geração para diversos complexos operacionais, entre eles, ABC Paulista (SP) e Benfica (RJ).

Lutas diárias

Vale destacar que, a partir do mês de maio, recairá sobre os contracheques de cada trabalhador parte da conta do Postalís. Mesmo com três votos contrários dos conselheiros eleitos pela categoria, a patrocinadora do plano, a ECT, conseguiu aprovar, com o voto de minerva do presidente do Conselho Deliberativo, o valor de 17,920% que deverá ser descontado para equacionamento do déficit do Plano BD.

Somados, a ausência de concursos públicos e a continuidade dos programas de desligamentos da ECT acarretam ainda mais sobrecarga de serviços para os que ficam e problemas que afetam os Correios e toda a categoria ecetista como, por exemplo, o adoecimento de funcionários diante de exaustivas horas de trabalho, por falta, principalmente, de reposição do quadro.

E a saúde dos trabalhadores também está em jogo com os cortes no plano de saúde, o descredenciamento de operadoras ou mesmo a exigência de pagamentos dos remédios necessários. Segundo a Postal Saúde, a ECT não honra com repasses integrais, portanto, é necessário que cada empregado dos Correios acompanhe a luta dos sindicatos e trabalhe lado a lado com seus representantes pela regularização, para que os contratos permaneçam em vigor.

A FENTECT assegura que esses são apenas poucos problemas em vista da lista que enfrentam diariamente de negações e alegações incoerentes da ECT, que suprimem os direitos trabalhistas de todos. A categoria ecetistas enxerga uma grande operação de desmonte dos Correios, que visa à privatização e não ausência ou fuga de receita, como a administração da empresa tem alegado.

#NÃOVAITERGOLPE!

Semana de mobilização em Brasília e em todo o país. Defenda seus direitos que estão sendo ameaçados e participe da luta em defesa da democracia!